

Oposição já planeja barrar propostas no Congresso

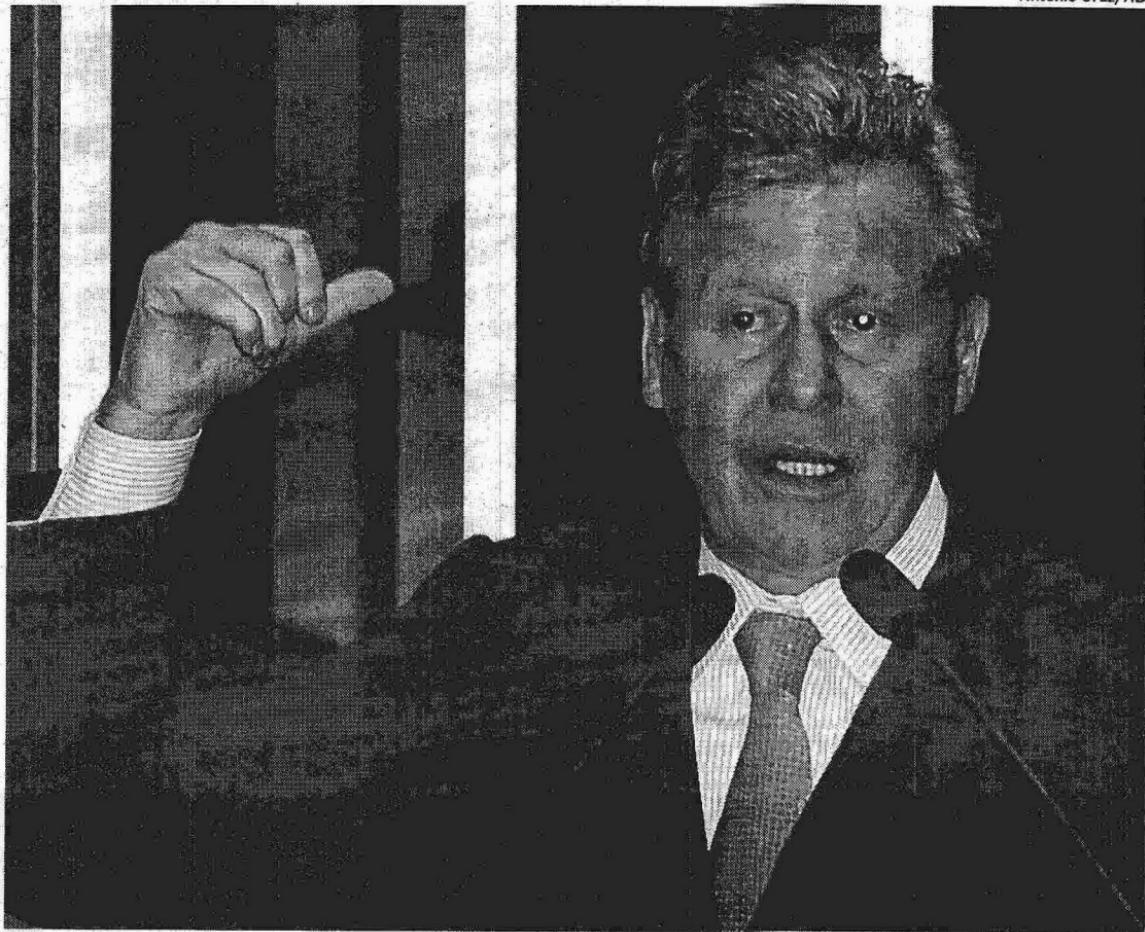
A oposição vai tentar suspender o decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que cria o 3º Plano Nacional de Direitos Humanos do governo federal. O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (PSDB-AM), já elaborou projeto de decreto legislativo que susta os efeitos do plano. O texto precisa ser aprovado pelo Congresso para que o programa do governo tenha suas recomendações suspensas.

O tucano afirma, ao justificar o projeto, que o texto elaborado pelo governo é inconstitucional. "O ato reproduz, textualmente, o programa de campanha do PT à Presidência da República nas eleições de 2002. O instrumento normativo expedido pelo presidente da República fica indiscutivelmente comprometido, tendo em vista a clara intenção político-eleitoral do conteúdo", critica Virgílio.

Apesar da mobilização da oposição, o decreto que cria o plano é apenas um protocolo de intenções do governo, sem força de lei. Para tornar legais as principais sugestões

do texto, o Executivo terá que encaminhar ao Congresso projetos de lei para legalizar ações do plano. Ainda assim, segundo Virgílio, o decreto do governo apresenta "vícios de constitucionalidade insanáveis" que se contrapõem às normas da legislação em vigor no país. "O texto colide com princípios constitucionais essenciais como a da livre iniciativa privada, o direito de propriedade e a liberdade dos meios de comunicação, contendo diretrizes político-ideológicas parciais e totalitárias que restringem os direitos e garantias individuais e fragilizam as instituições democráticas, instrumentos primordiais na manutenção do Estado de direito".

Virgílio também elaborou requerimento com o pedido para que os ministros do governo responsáveis pela elaboração do programa falem no Congresso a respeito da proposta — entre eles, Tarsó Genro (Justiça) e Paulo Vanucchi (Direitos Humanos). O senador também quer ouvir os militares que criticaram a proposta. **(Com agências)**



CRÍTICA — Para Virgílio, diretrizes do plano são inconstitucionais e motivadas por interesses eleitorais